

AINST/16/00089 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1.1 Instituição de Ensino Superior:

Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Algarve

A1.2 Entidade instituidora:

Instituto Piaget - Cooperativa Para O Desenvolvimento Humano, Integral E Ecológico, Crl

A2. Natureza da instituição:

<sem resposta>

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição

A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A ESS Jean Piaget de Silves é uma instituição de natureza politécnica, não integrada e privada.

O Projeto Educativo Científico e Cultural descrito está em consonância com a missão da IES uma vez que procura

propiciar aos estudantes uma experiência personalizada de elevado valor científico e pedagógico, através de um

modelo pedagógico próprio que integra diversas componentes, entre as quais – Horários flexíveis, apoio suplementar, percursos de aprendizagem flexíveis, ajustados ao estudante (por ex: propinas de acordo com os ECTS a que os estudantes se inscrevem), frequência em regime de tempo parcial, etc.. Todas estas componentes visam facilitar a inserção no mercado de trabalho, pelo conhecimento que os estudantes adquirem do funcionamento das instituições de saúde e das necessidades do mercado de trabalho no contexto sociodemográfico em que se insere, privilegiando formações em áreas com défice de profissionais na região algarvia.

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente

A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Os órgãos em funcionamento encontram-se de acordo com os Estatutos e correspondem, maioritariamente, na sua composição, ao Ensino Politécnico, no entanto, nem todos estão em conformidade com a legislação (RJIES),

nomeadamente o Conselho Técnico-Científico (artigo 145 e 102, nº 3) e o Conselho Pedagógico (artigo 104, nº 1), uma

vez que alguns dos membros não são eleitos para os respetivos conselhos (alínea a) do nº 2 do artigo 12º dos

estatutos, para o CTC e alínea a) do nº 2 do artigo 13º para o CP).

Parece-nos, ainda que o exercício de variados poderes e/ou funções se encontram demasiado concentrados em alguns docentes e que o mandato de 1 ano em todos os órgãos é demasiado curto para manter alguma coerência de gestão.

Destaca-se funcionamento de dois outros órgãos que não é normal existirem - Conselhos Consultivo e Disciplinar.

De acordo com o RJIES, funciona, ainda o Provedor do Estudante, embora com funções que podem ser consideradas de operação/gestão corrente.

A ESS informou, em sede de pronúncia que se encontra atualmente em debate a revisão dos estatutos da ESS Jean Piaget/ Algarve, em especial ao nível da constituição dos órgãos de gestão.

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:

Em parte

A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

As políticas científicas e pedagógicas são definidas, não pelo próprio estabelecimento de ensino, mas pela entidade instituidora e que é semelhante para todas as instituições que tutela (no caso vertente, ESS Viseu, Silves e Gaia). Assim, a autonomia dos órgãos de gestão fica muito limitada, circunscrevendo-se a algumas adaptações em função do contexto em que funciona cada uma das instituições. No entanto, a definição de um modelo pedagógico único traz algumas vantagens que se concretizam numa aplicação muito forte da natureza politécnica da instituição, com uma relação muito próxima ao mundo da sua intervenção.

Como exemplo podemos referir a elaboração dos planos de estudos dos diferentes ciclos que são iguais nas três IES (Viseu, Silves e Gaia),

Para além disso, ainda que nos pareça que existe alguma autonomia científica e pedagógica e que a participação da comunidade académica se encontra salvaguardada, a análise da constituição dos diferentes órgãos de gestão permite que sejam suscitadas algumas dúvidas quanto à questão aqui abordada, uma vez que os membros se repetem nos diferentes órgãos (1 docente em 4 órgãos, 2 em 3 órgãos e 2 em dois órgãos e 6 dos 7 estudantes que fazem parte dos 3 órgãos a que podem pertencer, repetem-se) e os Estatutos retiram competências, nomeadamente ao CTC que estão previstas no RJIES (deliberar sobre a distribuição do serviço docente - alínea d) do nº 1 do artigo 103º).

De referir, ainda que apesar dos estatutos preverem que a constituição do CTC pode ir de 5 a 11 elementos, a IES optou pelo valor mínimo (5) e mesmo assim com alguns docentes a pertencerem também a outros órgãos de gestão, nomeadamente ao CP, o que pode limitar a diversidade de opiniões nas decisões tomadas.

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:

Sim

A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Esta participação está consagrada nos estatutos (artigo 7º - Organização Interna) e concretiza-se através da participação dos docentes nos órgãos de gestão, quer sejam nomeados ou eleitos. Por sua vez os estudantes,

além da sua participação obrigatória no CP, participam igualmente em outros órgãos (Conselho Consultivo e Conselho Disciplinar), sendo certo, como referido anteriormente que se repetem nos diferentes órgãos.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):

Existe, a nível da Instituição, não estando certificado pela A3ES (campo A4.4.2)

A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:

<sem resposta>

A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

Constituindo uma prioridade institucional, o SIGQ, contudo, não se encontra totalmente implementado, prevendo-se que esteja concluído em 2018 e que também nesse ano seja submetido à acreditação por parte da A3ES.

Este sistema é da responsabilidade da entidade instituidora e será aplicado em todas as instituições dela dependente, onde se inclui a ESS do Algarve, havendo uma comissão constituída por duas pessoas responsáveis por todo o sistema.

O sistema dispõe já de um Manual da Qualidade (publicado em 2013!), o qual possui 13 referenciais. O responsável técnico pela elaboração do Manual da Qualidade e do SIGQ possui uma formação académica adequada à elaboração do Sistema e os outputs que este produz são agradavelmente surpreendentes. Falta, no entanto, introduzir um conjunto de informações relacionados, principalmente, com a avaliação do desempenho do corpo docente.

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:

Sim

A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Embora não seja explicitamente referido no Relatório de AA, subentende-se que a procura não tem sido a desejada, pelo que a aposta na qualidade do ensino, na atração de novos públicos, no recrutamento de alunos oriundos dos PALOP e internacionais, bem como a participação no Erasmus, sejam as estratégias utilizadas para ultrapassar o problema. Para esse efeito a entidade instituidora criou o Gabinete de Apoio a Estudantes Internacionais (GAEI) do IP que tem como finalidade dar todo o apoio necessário aos estudantes internacionais e sobretudo aos originários dos PALOPs. Verifica-se, ainda que a IES privilegia e aposta forte na admissão de estudantes através do concurso de maiores de 23 anos, procurando dar resposta às necessidades da região. Contudo, constata-se que, embora a situação tenha melhorado nos últimos dois anos, para todos os cursos lecionados na Escola, a taxa de procura (relação entre vagas disponibilizadas e ingressos) é muito baixa (40 e 35% nos cursos em funcionamento à data - 2015/2016), o que indica que há necessidade de um reforço e ou diversificação das políticas de recrutamento..

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:

Em parte

A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Este aspeto não tem sido descurado, pois são vários os procedimentos adoptados pela Escola ao longo dos anos, os quais são referidos no Relatório de AA, nomeadamente, a possibilidade dada aos

estudantes de frequentarem dos seus cursos em regime de tempo parcial, na medida em que prevê a inscrição por UC, permitindo aos estudantes percursos flexíveis de aprendizagem, ajustados às características e necessidades de cada um.

Aqui se encontra, de resto, uma das situações onde a monitorização do sucesso é feita com recurso ao SIGQ.

Por outro lado, parece-nos que o Conselho Pedagógico também acompanha o funcionamento de cada UC, sendo divulgados todos os resultados.

Todavia, a taxa de abandono é muito elevada (33 % e 30%, em fisioterapia e enfermagem, respetivamente), sendo o insucesso, igualmente muito elevado (Só 46% dos estudantes de enfermagem e 34% de fisioterapia, terminam o curso nos 4 anos previstos), o que pode ser resultado das políticas de frequência e recrutamento, antes referidas.

Estes dados leva-nos a concluir que as políticas têm que ser revistas e reforçadas, sentindo a IES necessidade de aprofundar as causas do insucesso e abandono, nomeadamente dos estudantes maiores de 23 anos.

A5.3. Ligação à investigação orientada

A5.3.1. A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:

Sim

A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Para além das várias (4) UCs que suportam as metodologias de investigação, o desenvolvimento dos projetos no âmbito específico da área científica do curso, inseridos no desenvolvimento de 2 UCS, são a concretização prática dos conhecimentos adquiridos nessas restantes UCs. É, ainda, de realçar a criação de um Plano de Iniciação à Investigação que tem por objetivo promover o contacto e a integração dos estudantes no processo de investigação científica, através da participação dos estudantes nos projetos de investigação dos docentes, de onde resultaram já algumas comunicações em congressos.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:

Sim

A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

É o GAIVA (Gabinete de Apoio à inserção na Vida Ativa) que, desde 2007, assume a responsabilidade deste importante aspeto.

Também aqui, é o SIGQ que monitoriza, através de inquéritos on line, a empregabilidade. Com baixa taxa de retorno (apenas 30 %), prevê a Escola complementar esta monitorização com outras medidas não especificadas, as quais terão dado resultado, pois a taxa de retorno passou para 50 %.

O inquérito, realizado de dois em dois anos, permite analisar um vasto conjunto de parâmetros, nomeadamente: taxa de empregabilidade; empregabilidade na área de formação; tempo procura de emprego após a conclusão do CE; nível de prosseguimento de estudos; entre outros.

Os dados recolhidos no último levantamento revelam, para os ciclos de estudo em funcionamento na ESS, taxas de

empregabilidade de 92% e de 96% para os CE de Enfermagem e de Fisioterapia, respetivamente. No que diz respeito à

empregabilidade na área de formação, os valores são de 84% para a Enfermagem e de 85% na Fisioterapia. Em relação

ao tempo de procura de emprego após a conclusão do CE, no caso de Enfermagem: 29% entrou imediatamente; 52%

demorou até 6 meses; 14% demorou entre 6 meses a 1 ano e 5% mais de um ano. No caso do CE da Fisioterapia o tempo de procura de emprego após a conclusão o CE: 28% entrou imediatamente; 39% demorou até 6 meses; 19% demorou entre 6 meses a 1 ano e 14% mais de um ano.

A6. O corpo docente

A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:

Sim

A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O primeiro facto a reter é que os docentes possuem formações adequadas às áreas de ensino da Escola, embora se constate que os mais qualificados não são da área de formação principal dos cursos em funcionamento.

Em cumprimento dos rácios docentes em termos das exigências legais, parece que todos são cumpridos ao nível dos limites mínimos, nomeadamente no que se refere aos doutores, embora em relação aos especialistas possam surgir algumas dúvidas já que as Fichas Curriculares de alguns docentes, não incluem as evidências necessárias para o reconhecimento de especialistas.

Realça-se a preocupação da Escola em recrutar docentes qualificados, embora a generalidade dos contratos seja por 1 ano, o que denota precariedade e conduz à inexistência de uma carreira docente, sendo que somente 12 docentes (em 39) se mantiveram após o despedimento colectivo que houve anteriormente.

Face a esta situação o corpo docente é bastante jovem, mas que aliado ao facto de os contratos serem anuais e não haver perspectiva de carreira pode induzir alguma ansiedade e preocupação com o futuro que se refletirá, forçosamente, no seu empenho e dedicação às diferentes tarefas da função docente, nomeadamente, a investigação.

A ESS Jean Piaget/ Algarve, em sede de pronúncia, informou que pretende durante os próximos três anos: privilegiar a contratação de docentes com currículo e competências na área da investigação dos ciclos de estudos; incentivar e apoiar o reforço da qualificação académica dos docentes,; apoiar os docentes com currículo relevante no pedido do título de especialista através de provas públicas; e reforçar as condições de atratividade que permitam uma maior estabilidade do corpo docente.

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:

Em parte

A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A RECI é a Unidade de Investigação do Instituto Piaget e encontra-se reconhecida pela FCT. Desconhece-se, contudo, como funciona, que projetos desenvolve e só muito recentemente alguns docentes da Escola se candidataram a ser integrados na RECI. De resto, esta apenas iniciou a sua atividade em 2015, abrangendo todas as áreas científicas, pelo que é muito embrionária a investigação na área da saúde e a produção científica é muito escassa,

Com ligação à comunidade através de parcerias, os resultados do que o Relatório de AA designa por investigação e realizada pela Escola é aplicada à realidade, com benefícios para a mesma e estímulo à participação dos estudantes.

Todas as iniciativas partem do pressuposto (louvável) do desenvolvimento de parcerias e do aproveitamento e valorização do conhecimento adquirido através daquelas. A IES definiu como áreas prioritárias de I&D para os próximos anos a Prevenção, Promoção e Educação em Saúde e a Reabilitação Física e Motora,

Não se consegue, todavia, ver esclarecida a questão de se tratar, ou não, de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e profissional de alto nível e qual a sua valorização económica que, aparentemente, é muito pouco aproveitada.

A IES, em sede de pronúncia, informou que delineou um plano estratégico para 2017- 2022 cujo objetivo central, no Eixo da Investigação, assenta no incremento dos projetos de investigação e da produção científica nas principais áreas científicas dos ciclos de estudos,

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:

Em parte

A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Aparentemente os serviços à comunidade são restritos, limitando-se à divulgação do conhecimento científico, tecnológico e formativo.

A IES presta diversos serviços à comunidade, através das parcerias que estabelece, nomeadamente através da estrutura

que possui para o efeito o "Gabinete de Promoção e Educação para a Saúde (GaPES)". De entre as diferentes actividades de intervenção, destaca-se a formação como principal instrumento de transferência de know how da ESS para a comunidade. A IES desenvolve ainda Projetos de Investigação Aplicada com várias entidades de saúde, envolvendo Docentes e Alunos, embora o relatório de AA não os refira, em concreto.

É, portanto, em nossa opinião, reduzida e pouco aproveitada esta área, pois não são referidos quaisquer proveitos económicos e financeiros.

Há, pois, fraco aproveitamento das capacidades, conhecimentos, recursos humanos (docentes e discentes) e materiais de que a Escola dispõe.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:

Em parte

A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Constata-se, como seria de esperar, que a principal fonte de financiamento da Escola (98,34 %) se obtém através do pagamento dos estudantes, pelo que se justifica perfeitamente o que antes se afirmou quanto à prestação de serviços à comunidade.

De qualquer forma, verifica-se uma intenção de implementar estratégias conducentes à obtenção de mais receitas privativas. E será bom que, com urgência, elas se concretizem para que se verifique um acréscimo significativo das mesmas e, quem sabe, a sustentabilidade da Escola.

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:

Em parte

A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A IES empenha-se no desenvolvimento de atividades em colaboração com entidades dos mais variados

setores de atividade, de âmbito regional e nacional, associadas a cada um dos vetores estratégicos definidos no seu

projeto educativo, científico e cultural. No entanto, não se encontram identificadas essas colaborações, nem como se concretizam.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:

Em parte

A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A IES empenha-se no desenvolvimento de atividades em colaboração com entidades dos mais variados setores de atividade, associadas a cada um dos vetores estratégicos definidos no seu projeto educativo, científico e cultural. No entanto, não se encontram identificadas essas colaborações, nem como se concretizam.

De referir que neste ponto a principal preocupação é a mobilidade.

A10. Instalações

A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:

Sim

A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Face ao descrito no Relatório de AA, as instalações (bem como os equipamentos) encontram-se perfeitamente adequadas à atividade da Escola.

Dispondo de áreas generosas e de recursos, ao nível técnico, informático, base de dados e outros, o Campus com 38 902 m², e um edifício correspondente a 8494 m², dispõe de salas de aula, gabinetes, áreas de trabalho, laboratórios, refeitório, etc.

Os laboratórios e espaços técnicos parecem responder plenamente às necessidades específicas das áreas científicas de Enfermagem e Fisioterapia.

Reconheça-se, contudo, o esforço no sentido de proporcionar a docentes e principalmente a estudantes, o acesso a diferentes fontes bibliográficas, onde se destacam 30138 títulos e diversas bases de dados, com acesso VPN.

A11. Serviços de ação social

A11.1. São assegurados serviços de ação social:

Sim

A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A IES dispõe de um Gabinete de Ação Social que tem como principais objetivos a integração, apoio e acompanhamento dos

estudantes com dificuldades socioeconómicas. Estes apoios são diversos, indo do apoio na candidatura a Bolsas atribuídas pelo DGES, a bolsas do próprio Instituto Piaget e outros apoios financeiros.

A despesa em ação social desta escola nos últimos três anos (2014-2016) corresponde, em média, a 2,89% (19.790,80€) do total de receitas próprias.

Prevê-se para o próximo ano letivo (2017-18) disponibilizar aos estudantes, adicionalmente, um serviço de acompanhamento

psicopedagógico, que integrará nas suas atividades o aconselhamento psicológico, aconselhamento clínico ou de orientação vocacional, bem como o apoio a grupos específicos, como estudantes com necessidades educativas

especiais.

A12. Informação para o exterior

A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:

Em parte

A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O site é da responsabilidade do Instituto Piaget que disponibiliza a informação de todas as escolas. A página web site relativas à ESS (accedida no dia da visita – 19/1/2018 e na data da elaboração do relatório preliminar - 3/07/2018) necessita de ser corrigida e reorganizada, pois possui conteúdos relativos a outras escolas do Instituto Piaget (ESE Almada) e conteúdos com indicações erradas (calendários), além de faltarem informações sobre a avaliação e acreditação, ou os links não funcionarem.

Apresenta toda oferta formativa pormenorizada para cada um dos ciclos de estudos (incluindo objetivos, saídas profissionais, plano de estudos); propinas e bolsas de estudo, com um link para os respetivos regulamentos.

Requisitos Especificos

A13. Oferta educativa

A13.1. INSTITUTO POLITÉCNICO: A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO: A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

A13.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A ESS - Silves é uma instituição politécnica, não integrada, privada que possui atualmente em funcionamento três ciclos de estudo: uma Licenciatura em Enfermagem, uma em Fisioterapia e uma em Osteopatia, todas acreditadas pela A3ES.

Tem, ainda aprovados dois TeSP, um de Serviço Familiar e Comunitário e outro de Gerontologia.

O relatório de AA refere, também vários cursos de pós graduação e formação avançada e cursos de formação e valorização profissional.

A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:

- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;

- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Sim

A14.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A IES dispõe atualmente (Julho 2018) de 31 docentes dos quais:

13 a tempo integral;

9 doutores dos quais 5 a tempo integral e 3 são também especialistas;

16 são especialistas reconhecidos pelo CTC (2 levantam dúvidas).

Os doutores são: 2 enfermagem, 2 Osteopatia, 1 de medicina, 1 de saúde pública, 1 de ciências da Educação, 1 de Psicologia e 1 de Química.

Estes valores são indicativos do cumprimento de todos os rácios legalmente exigidos, sendo, no entanto, de ressaltar a questão da precariedade, atrás referida, e o facto de os especialistas serem todos por reconhecimento do CTC, não havendo nenhum com o Título de Especialista.

De referir, ainda que só 4 doutores são das áreas científicas específicas dos cursos (Enfermagem e Osteopatia), não havendo nenhum da área da Fisioterapia.

A15. Observações

A15. Observações

1. Existe a necessidade urgente da revisão dos Estatutos já que os mesmos não estão em conformidade com a Lei (RJIES), a saber: a constituição dos órgãos CTC e CP não respeita o RJIES.
2. A autonomia científica, pedagógica e cultural é pouco clara, já que todas as escolas e saúde Piaget funcionam com os mesmos requisitos, incluindo os planos curriculares.
3. O relatório de Auto-Avaliação apesar de estar muito bem redigido fornece pouca informação do que é efetivamente realizado, relatando, essencialmente, um conjunto de intenções/perspectivas de futuro.

Verifica-se, pela leitura da pronúncia apresentada que a revisão dos estatutos está já a ser realizada e que procura suprir as lacunas apresentadas no relatório preliminar da CAE, ficando dependente da sua publicação em DR, após aprovação pela tutela.

É, ainda, de salientar a estratégia delineada para a implementação e desenvolvimento da investigação na instituição, quer pela definição de linhas de investigação, quer pelo aumento do número de docentes integrados no RECI, além de outras medidas.

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. Adequação da oferta educativa

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

Referido na secção anterior (Pergunta A3)

B1.2. Estudantes

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

Nota-se uma evolução bastante positiva na procura nos três ciclos de estudos em funcionamento, sendo que o

número de estudantes oriundos do concurso para maiores de 23 e outros regimes especiais, tem vindo a diminuir e o

número de estudantes do regime geral aumentado.

B1.3. Diplomados

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Os estudantes terminam a licenciatura, em enfermagem, num tempo médio de $4,4 \pm 0,8$ anos. A média das classificações de conclusão do curso é de $15,1 \pm 1,0$ valores. A licenciatura em Fisioterapia é concluída, em média em $4,5 \pm 0,7$ anos. A média das classificações de conclusão do curso foi de $13,7 \pm 1,1$ valores.

As taxas de empregabilidade, referidas no relatório de AA, são bastante elevadas - de 92% e de 96% para os CE de Enfermagem e de Fisioterapia, respetivamente, embora no site da IES se refira 100%.

B2. Corpo docente

B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Referido na seção I (pergunta A6 e A14.2).

B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

O corpo docente é bastante instável, com contratos anuais e recentes, na sua maioria, o que pode implicar alguma ansiedade e instabilidade nos docentes que nunca sabem se os seus contratos serão, ou não, renovados. A qualificação dos docentes em termos gerais respeita os rácios previstos na legislação, sendo, no entanto, de notar que o índice de docentes mais qualificados não são da área específica da formação dos cursos (1 doutorado a TI na área da enfermagem e 1 a TI na área da osteopatia).

Perguntas B3. a B5.

B3. Instalações

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente (pergunta A10)

B4. Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente a produção científica até à data tem sido muito escassa e a sua valorização económica nula.

No entanto, os docentes entretanto contratados, apresentam na sua maioria investigação relevante, da qual a instituição pode vir a beneficiar.

B5. Produção artística

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

NA

Perguntas B6. a B7.

B6. Prestação de serviços à comunidade

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente (pergunta A7.2)

B7. Colaboração nacional e internacional

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente (pergunta A8 e A9)

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.

B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

<sem resposta>

B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

<sem resposta>

B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.

O Sistema Interno de Garantia da Qualidade está centralizado ao nível da Entidade Instituidora, não sendo

visível qualquer contributo significativo da IES, sendo certo que a IES disponibiliza um representante para colaborar com a comissão existente ao nível da entidade instituidora.

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

Não aplicável, pois não existem Unidades Orgânicas.

No entanto, dá-se aqui como reproduzido o referido nas observações da secção1, ponto A15. e o referido na questão C1.

B9.2. Áreas de excelência

Identificação de áreas de excelência.

Não aplicável, pois não existem Unidades Orgânicas.

No entanto, dá-se aqui como reproduzido o referido na questão C2.

B9.3. Áreas com fragilidades

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

Não aplicável, pois não existem Unidades Orgânicas.

No entanto, dá-se aqui como reproduzido o referido na questão C3.

B9.4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

Não aplicável, pois não existem Unidades Orgânicas.

Dá-se, também aqui como reproduzido o referido na questão C4

B10. Observações

B10. Observações

As referidas na secção I (pergunta A15)

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. Apreciação global

Apreciação global da Instituição.

Trata-se de uma Instituição jovem (criada em 2002 pelo Decreto nº 36/2002, de 6 de novembro), situada em Silves, com condições físicas, materiais e humanas adequadas, mas que denota algumas fragilidades, que serão referidas de seguida e foram expressas anteriormente.

Perspectivas muito positivas sobre a evolução da Instituição, nomeadamente desde a entrega do relatório de

AA e o momento da visita e que se traduzem a) na criação e acreditação de um novo ciclo de estudos, b) na mudança e reforço do corpo docente, no incremento de novos alunos oriundos do regime geral e c) consolidação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade.

Pela análise da pronúncia apresentada, na sequência do relatório preliminar da CAE, pode-se verificar que existe uma forte consonância, por parte da IES, com as recomendações sugeridas pela CAE, tendo a IES iniciado imediatamente o processo de correção das lacunas detetadas e a sua implementação.

Chamamos, no entanto, aqui a atenção para o facto de o site da IES, apesar da realização de algumas alterações, continuar a apresentar erros de calendário (ex:título do calendário: ano letivo 2017-2018, mas as datas referem-se ao ano lectivo 2018-2019)

C2. Pontos fortes

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

Reforço do corpo docente jovem;

Excelente taxa de empregabilidade;

Instalações e equipamentos;

Aposta na estratégia de captação de estudantes estrangeiros.

Percepção muito positiva por parte dos estudantes, consubstanciada, principalmente em dois aspetos: 1) o apoio no percurso de aprendizagem e social e 2) relação com os docentes que se caracteriza por uma proximidade e disponibilidade muito grandes.

Trabalho muito positivo ao nível do Manual da Qualidade e da elaboração do SIGQ.

C3. Pontos fracos

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

Estatutos não enquadrados no RJIES;

Recrutamento muito circunscrito à área de implementação da IES;

Elevada taxa de abandono escolar;

SIGQ utilizado (em reformulação), mas não acreditado;

Nulo aproveitamento de recursos geradores de receitas privativas;

Aparente baixa taxa de cooperação internacional, apesar dos muitos protocolos efetuados;

Acumulação de cargos e/ou funções por inerência (CTC e CP), contrariando a legislação em vigor;

Investigação e produção científica ainda escassa.

Estabilização do corpo docente e reforço da sua qualificação, nomeadamente no que se refere à área específica de formação dos cursos em funcionamento;

Definição da carreira docente e respetiva avaliação.

C4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

Alteração dos Estatutos de forma a adequá-los ao RJIES;

Aposta na investigação face à sua fragilidade na IES, passando das intenções à prática;

Integração de docentes na Unidade de Investigação da Entidade Instituidora;

Implementação definitiva do SIGQ e do manual da qualidade e sua submissão à acreditação;

Dar mais atenção à autonomia científica, pedagógica e cultural;

Reforço do corpo docente em termos de qualificação e estabilidade;

Substituir os especialistas de reconhecido mérito por especialistas com o respetivo título;
Maior e mais rentável prestação de serviços à comunidade e rentabilização das instalações;
Maior concretização de cooperação nacional e internacional;
Continuidade na implementação das estratégias mais eficazes para a redução do abandono e do insucesso escolares;
Melhorar a divulgação para o exterior com mais e correta informação no site da instituição;
Clarificar a função do provedor do estudante;
Identificar áreas de referência para a definição de linhas de investigação.

C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Acreditar com as seguintes condições:

Condições a cumprir de imediato:

- a) Rever os estatutos, adequando-os à legislação em vigor (RJIES);
- b) Adequação do funcionamento da IES e dos órgãos de gestão ao RJIES
- c) Definir a carreira docente e desenvolver a avaliação do desempenho docente;
- d) Desenvolver o Sistema Interno de Garantia de Qualidade (SIGQ) na sua totalidade;
- e) Corrigir informação, relativa aos calendários académicos, no site da IES;

Condições a cumprir no prazo de 1 ano:

- f) Demonstrar a efetiva implementação do SIGQ, na sua totalidade;
- g) Demonstrar a efetiva implementação da avaliação dos docentes (mesmo que não efetuada através do SIGQ).

Condições a cumprir no prazo de 3 anos:

- h) Reforço do corpo docente em termos de especialização, qualificação e estabilidade;
- i) Consolidação da investigação.